

## URBANIZAÇÃO PELA MIGRAÇÃO EM ARAGUAÍNA (TO)

**Roberto Antero**

Prof. Dr. do Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil  
[robertoantero@uft.edu.br](mailto:robertoantero@uft.edu.br)

*Recebido: 08/03/16; Aceito para publicação: 06/07/16*

### RESUMO

A espetacular expansão demográfica e a presença de migrantes residindo em áreas com denominações simbólicas de suas origens são indicativos da urbanização de Araguaína. Este trabalho de investigação objetiva compreender o papel da migração no processo de urbanização da cidade de Araguaína. A metodologia adotada consiste de revisão bibliográfica, pesquisa secundária de dados censitários realizada de maneira online no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pesquisa de campo empreendida em três bairros que abrigam migrantes nordestinos inseridos em precárias condições de moradia. A migração foi estratégia fundamental do plano estatal de tornar a Amazônia espaço de acumulação capitalista, mas sem contrapartida de infraestrutura social. Araguaína, é caso exemplar, com áreas distinguidas por precária infraestrutura que podem perfeitamente receber a denominação de bolsões de pobreza e miséria urbana.

**Palavras-chave:** Araguaína; Expansão urbana; Espaço de migrantes; Moradia precária.

## URBANIZATION BASED ON MIGRATION TO ARAGUAÍNA (TO)

### ABSTRACT

The spectacular population growth and the presence of migrants living in areas with symbolic names of their origins are related with urbanization in Araguaína. The objective of this research work is to understand the role of migration in the urbanization process of the city of Araguaína. The methodology consists of a literature review, secondary research of census data conducted online over the Brazilian Geography and Statistics Institute (IBGE) and field research undertaken in three neighborhoods of northeastern migrants living in precarious housing conditions. Migration was a key strategy of the state plan to turn the Amazon territory into a zone of capitalist accumulation, but without considering social infrastructure. Araguaína is an example with areas by poor infrastructure that can named after the denominations of poverty and urban poverty

**Keywords:** Araguaína; Urban sprawl; Space migrants; Poor housing.

## INTRODUÇÃO

O espetacular crescimento demográfico e a presença de antigos e recentes migrantes nordestinos residindo em bairros com denominações simbólicas de suas origens, como Vila Piauí, Vila Cearense e Vila Maranhão são indicativos sobre o processo de urbanização de Araguaína, em que a migração mantém papel determinante. A migração é entendida em função da mobilidade de capital, concomitante a mobilidade de trabalhadores para reprodução da força de trabalho.

Araguaína está localizada no norte do estado do Tocantins, e oficialmente inserida na Amazônia Legal (Figura 1) recebendo impactos socioespaciais das estratégias estatais de reordenamento territorial para a região a partir dos anos de 1960.

**Figura 1:** Localização de Araguaína (TO) na Amazônia Legal



**Fonte:** IBGE. Censo demográfico 2010. Elaborado pelo autor.

A expansão urbana e aglomeração de população chamam atenção pela rapidez do processo. Como na terminologia de Lefebvre (2001), seu espaço urbano implode-explode com rápida e desigual urbanização periférica, que na cidade prioriza atender à infraestrutura econômica, negando as centralidades ou a reunião dos principais bens e serviços para a maioria da população trabalhadora.

Compreender a urbanização de Araguaína passa pelo entendimento de processo econômico social com intensa mobilidade espacial da classe trabalhadora com a finalidade de reprodução da força de trabalho, também, ao mesmo tempo, condição para acumulação capitalista.

Os fluxos migratórios para Araguaína combinam o clássico movimento rural-urbano e as migrações inter-regional e intra-regional. Entre as décadas de 1950 a 1970 ocorreu duas tendências de migração simultâneas – a inter-regional e rural-urbano – uma iniciada por agricultores nordestinos, que na condição de posseiros beneficiaram terras no vale do rio Lontra, em seguida expropriados, em forçoso movimento rural-urbano; e após 1980 movimentos migratórios interestaduais, mantendo-se fluxos de maioria nordestinos, mas com origens espalhadas por todas as grandes regiões brasileiras.

No primeiro momento, essa população, em geral, sai ou é expulsa do campo transformada em proletariado, expropriada de suas terras e portadora, apenas, da sua força de trabalho pelo avanço capitalista no campo. Migrantes também são incorporados diretamente pela cidade, repercutindo conflitos por terras em outras regiões, notadamente do Nordeste brasileiro. Se à primeira vista a explosão demográfica é um problema urbano, antes de tudo expressa

problema anterior no campo, pois, desde a primeira ocupação que há uma negação da classe de trabalhadores.

Este trabalho de investigação tem como objetivo compreender o papel da migração no processo de urbanização da cidade de Araguaína. Como metodologia para alcance dos objetivos indicados, utilizou-se revisão bibliográfica em literatura especializada; pesquisa secundária de dados históricos censitários sobre migração, realizada de maneira online no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e pesquisa de campo empreendida em três bairros de Araguaína, realizando observações, entrevistas e registros fotográficos na Vila Piauí, Vila Maranhão e Setor Monte Sinai.

## **URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÃO**

A proposição debatida acerca da migração como elemento determinante no processo de urbanização de Araguaína é sustentada, sobretudo, pelo uso de dados censitários sobre migração, limitando e privilegiando a compressão sobre urbanização pelo parâmetro demográfico.

No entanto, procura-se ampliar este enfoque, pois a urbanização é entendida como um processo social com repercussões espaciais e não pode ser analisada ou medida em números. Associada à industrialização ou a outros processos de expansão espacial capitalista, a urbanização adota feições mundiais, ao mesmo tempo que é diferenciada em países e regiões, seja pelas formas ou processos.

Em Lefebvre (2004, p.15) a urbanização é um fenômeno que se impõe em escala mundial, e a sociedade urbana – aquela que nasce da industrialização – “é uma forma social que tenciona se afirmar”. São termos com sentido mais amplos que a cidade, pois esta pode ser vislumbrada como “um objeto espacial ocupando um sítio e uma situação”, sendo mediada entre uma “ordem próxima e uma ordem distante” (LEFEBVRE, 2008 p. 83) e ainda como “a projeção da sociedade sobre um local” (LEFEBVRE, 2001, p. 56).

Conforme Limonad (1999, p. 72), a urbanização em Lefebvre é enunciada como “uma condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção e a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado”.

O urbano, ou o modo de vida urbano, estende-se para além das cidades, ampliado os sistemas de objetos e sistemas de valores, também para o campo. Entre os objetos urbanos mais comuns, como água encanada, gás de cozinha, eletricidade, eletrodomésticos, automóveis, utensílios, televisão, internet; valores sociais e culturais típicos do modo de vida, como os costumes, músicas, danças, a preocupação com a segurança, veloz adoção de modas, e racionalidade divulgada pela cidade, estão generalizados por quase todo território, incluindo-se a cidade e o campo (LEFEBVRE, 2001).

A construção de Lefebvre (2001, 2004) da urbanização completa da sociedade foi elaborada a partir da realidade europeia, especificamente a francesa. A industrialização brasileira ocorrida, na metade do século XX, teve processo distinto da revolução burguesa clássica europeia. Realidades ainda mais diferenciadas foram a urbanização na Amazônia e em Araguaína.

No Brasil, a industrialização só é deflagrada a partir da metade do século XX, e não é possível propagar a urbanização, exclusivamente, em decorrência da industrialização, pois a incorporação de espaços regionais periféricos como fronteira agrícola e a expansão do setor terciário tiveram peso decisivo neste processo, conforme demonstram Oliveira (2003) e Santos (2008)

Para Oliveira (2003, p. 59) a urbanização brasileira tem articulação com a expansão do capitalismo no país, mas não deve ser associada, exclusivamente, como decorrência da industrialização, e deve ser entendida em marco teórico onde “as necessidades da acumulação

impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades”.

No Brasil e nos países subdesenvolvidos a urbanização tem como processo determinante o desenvolvimento de atividades terciárias, caracterizando-a como uma urbanização terciária, conforme analisa Milton Santos:

Não houve nos países subdesenvolvidos, como aconteceu nos países industriais, uma passagem da população do setor primário para o setor secundário, e em seguida para o terciário. A urbanização fez-se de maneira diferente e tem conteúdo também diferente: é uma urbanização terciária (SANTOS, 2008, p. 23).

As proposições de Santos (2008) e Oliveira (2003) permitem refletir sobre as diferenciações do processo de urbanização no Brasil, em que a industrialização teve influência direta e também indireta no incremento do comércio de bens e serviços e na incorporação de novas áreas. Se nas regiões Sudeste e Sul do país a urbanização brasileira teve influência do setor industrial, como também o crescimento do setor terciário, nas outras regiões do Brasil, a participação do terciário e a expansão da fronteira agrícola foram indutores de urbanização.

O debate sobre urbanização envolve diversidade de áreas do conhecimento, de profissionais e pesquisadores que lidam com a temática, o que impõe uma multiplicidade de conceitos e definições, tornando-se necessário esclarecer qual o sentido de urbanização é empregado.

Para os profissionais do campo da engenharia, urbanização significa implantação de infra-estruturas em espaços urbanos, como sistemas viários, redes de fornecimento ou captação, áreas de lazer etc' [...]. Para os que se dedicam à compreensão de dinâmicas demográficas, o sentido atribuído a esse termo tem sido o do aumento relativo das populações que vivem em cidades [...]. Arquitetos e urbanistas abordam a urbanização de forma bastante associada ao urbanismo, priorizando-se a abordagem das formas urbanas e das funções que se realizam em cada parcela dos territórios urbanos (SPOSITO, 2004, p.31,32).

No Censo Demográfico realizado decenalmente pelo IBGE o significado de urbanização é associado à proporção de distribuição da população entre o campo e a cidade, estabelecendo-se o percentual de urbanização do país, grandes regiões, estados e cidades, conforme o quantitativo de moradores na cidade.

Essa interpretação demográfica da urbanização também é comumente adotada por geógrafos. O intento nesta pesquisa, é adotar postura que combina e amplia a perspectiva demográfica. O Censo Demográfico do IBGE é uma profícua fonte de dados, com possibilidade analítica de elaboração de uma série histórica sobre migração com metodologia confiável.

Os dados sobre migração coletados no Censo Demográfico e disponibilizados pelo IBGE referem-se aos quesitos sobre “lugar de nascimento”, “residência anterior” e “residência 5 anos antes do Censo”, que podem ser combinados ou utilizados individualmente (IBGE, 2010). Por questões práticas, nesta pesquisa utiliza-se, exclusivamente o critério de “lugar de nascimento”.

A linha de análise sobre migrações que fundamenta a pesquisa é a mobilidade da força de trabalho, elaborada a partir de ideias marxistas acerca do trabalho, que leva em consideração a relação capital/trabalho e a produção e reprodução ampliada dessa relação.

Neste sentido, para Araújo (2007, p.161), a mobilidade da população se desenvolve a partir da relação entre espaço, capital e população (trabalho), dispondo dos mesmos condicionantes de produção social do espaço, em que a “mobilidade da força de trabalho é colocada como uma condição necessária à gênese do capitalismo e durante todo seu desenvolvimento”.

De acordo com Vainer (1996, p. 13) “a política migratória pode ser definida como a questão que informa e justifica um terreno de atuação do Estado”. É uma explícita e intencional atuação do estado na prática de limitação, geração, estímulo, direcionamento dos deslocamentos espaciais de trabalhadores.

Conforme o filósofo Henri Lefebvre (2008, p. 48) “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção”, portanto, é um produto social, que assume uma realidade própria, de acordo com o modo de produção dominante e a sociedade presente. Lefebvre (2008, p. 49) diz que a reprodução das relações sociais tem ampla acepção de “produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações”.

Isto significa que o espaço é produzido pela sociedade urbana a partir de relações sociais de produção, marcadas pela atuação de atores sociais diversos com interesses conflitantes.

Neste sentido, a migração estaria relacionada aos mesmos condicionantes de produção e a reprodução do espaço, fundamental ao capitalismo e a sociedade como um todo, pois o comando do espaço funciona como instrumento de dominação, de controle das classes sociais mais desfavorecidas.

## **ESTRATÉGIAS ESTATAIS PARA URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA EFETIVADAS EM ARAGUAÍNA**

Araguaína é caso exemplar desta mobilidade da população trabalhadora que se faz presente e constante no espaço. Impressiona a velocidade com que atrai contingente populacional e passa de pequena cidade para cidade de porte médio em apenas meio século. Nos anos de 1950, Araguaína caracterizava-se como um pequeno e isolado povoado e na década seguinte emergiu para a condição de município, apresentando no espaço as marcas de rápidas e intensas transformações sociais e econômicas. Os rápidos e volumosos movimentos migratórios determinaram crescimento populacional e transformações espaciais no município, sobretudo na cidade.

O território do município de Araguaína inicialmente era ocupado pela tribo dos índios Carajás, habitantes da região entre os rios Andorinhas e Lontra, afluentes da margem direita do rio Araguaia. Hoje, essa população é minoria e restrita a pequeno território administrado pela FUNAI

Araguaína, apesar de colonizada no final do século XIX, por agricultores migrantes nordestinos, permaneceu até o início de 1950 como um isolado povoado, que abrigava cerca de dois mil habitantes; e que favorecido pelas estratégias estatais, entre as quais a rodovia, tornou-se emancipado em 1958, com acelerada expansão demográfica entre 1960 a 2010, em que a população aumentou de 10.826 habitantes para 150.520 (IBGE, 1964; SILVA, 2012)

O ordenamento territorial estatal para Amazônia repercutiu diretamente no espaço de Araguaína/Tocantins como a inserção na Amazônia Legal; construção da rodovia Belém-Brasília; projetos agropecuários com incentivos fiscais/financeiros da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); programas em enclaves territoriais selecionados como o polo econômico, a exemplo de Araguaína (BECKER, 1990).

A abertura da rodovia Belém-Brasília no início da década de 1960, decretou fim do antigo eixo de circulação regional via fluvial pelo transporte rodoviário, opção mais rápida. Neste quartel, as transformações espaciais marcariam definitivamente seu território, deixando no tempo o antigo e isolado povoamento denominado de Livre-nos-Deus, assumindo feições de cidade de importância econômica, social e regional.

Gaspar (2002) informa que em 1945 o povoado Lontra/Araguaína era traçado por apenas duas ruas e evoluiu para sete ruas em 1958, quando se torna cidade sede, embora com estrutura pouco definida, para abrigar cerca de 2.000 moradores.

Na década de 1960, ainda se estruturava comercialmente com lojas de tecidos, comércio de secos e molhados, serviços de dormitórios, hotéis, danceteria, cinema, restaurante e cooperativa de produtores rurais.

Neste período, a economia primária estava centrada no coco babaçu, seguido pelo arroz, amendoim e algodão, além da extração de madeira e peles de animais silvestres, que intermediados pelas cidades goianas de Anápolis e Goiânia chegavam até o Sudeste brasileiro (VALVERDE e DIAS 1967).

Em 1965 as transformações no espaço araguainense, com a emergência comercial em sua principal avenida, a Cônego João Lima, permite uma descrição da cidade com certo nível de especialização: “há casas em construção e um comércio desordenado, rústico, embora com certas lojas especializadas: casa de fazendas, barbeiro, relojoeiro, até instituto de beleza. Isto junto com vendas que negociam de tudo!” (VALVERDE e DIAS, 1967, p. 205, 208).

Araguaína sofre influência dos mercados do sudeste brasileiro, seu ritmo de crescimento populacional e econômico torna-se intenso, sendo destino de capitais e de migrantes, exercendo a função de principal centro econômico e de população do antigo norte de Goiás.

Segundo Becker (1990) com a expectativa de abertura da rodovia Belém-Brasília agricultores sem terras, posseiros, sobretudo nordestinos se deslocavam para a região, que após beneficiarem as matas, foram expropriados, migraram para pequenos povoados e periferias de cidades.

No norte de Goiás, atual estado do Tocantins, o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico é dinamizado em forma e ritmo constante, acompanhando efeitos das estratégias estatais. Em 1970, a população estadual era de 520 mil habitantes, mais que duplicando até o ano 2000 (1.157.098), mantendo tendência de crescimento, chegando a 2010 com 1.383.495 residentes; quantitativo relativamente significativo na Amazônia Legal, pois Tocantins é demograficamente maior que Acre, Amapá e Roraima (IBGE, 2010; TOCANTINS, 2005).

A migração teve, e mantém, papel fundamental no crescimento demográfico de Tocantins. Na década de 1990, a população tocaninense estava composta por 32% de pessoas naturais de outros estados, com destaque para o Maranhão (10,3%), Goiás (7,1%), Piauí (3,2%), Minas Gerais (2,6%) e Ceará (1,4%) (IBGE, 1991). Atualmente, o percentual de não naturais é de 31,5%, mantendo-se a corrente migratória de origem do Maranhão (10%), Goiás (6,3%), Piauí (2,4%), Minas Gerais (1,9%) e Ceará (2%) (IBGE, 2010).

## **MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM ARAGUAÍNA**

No Brasil, o processo de urbanização é fortemente associado aos movimentos migratórios com destaque para três temporalidades: inicialmente com a imigração estrangeira, entre o período de colonização europeia, perdurando até o século XIX; outro momento, a partir da metade do século XX, “quando determinadas cidades e regiões concentraram grande número de atividades industriais e imigrantes, a maioria deles de origem rural”; e um terceiro momento com início a partir de 1980, caracterizado pela “dispersão de população e investimentos em direção a cidades de porte médio em diversas regiões do país” (MATOS, 2012, p. 7).

No período de implementação do processo de acumulação urbano-industrial nacional entre 1930 a 1965, privilegia-se a economia das regiões Sul e Sudeste, exigindo-se a incorporação dos espaços regionais periféricos para atender ao papel da agricultura como financiador do desenvolvimento nacional (OLIVEIRA, 2003).

No caso da Amazônia, o Estado conduz o processo de desenvolvimento privilegiando a função agro-exportadora, de modo a gerar excedentes transferidos para a região urbano-industrial.

A migração teve papel fundamental na conformação e manutenção da fronteira econômica na Amazônia: primeiro com a vinda de pequenos agricultores posseiros que beneficiaram as terras para serem posteriormente expropriados por grandes fazendeiros de pecuárias; depois com a formação de reserva de mão-de-obra nas cidades, tornados trabalhadores temporários e moveis funcionais para o capitalismo ampliado pela mobilidade pendular de idas e vindas entre cidade e campo, na rede de cidades (BECKER, 1990).

As ações estatais para Amazônia como a construção da rodovia Belém-Brasília; a concentração de capitais, dos incentivos fiscais e financeiros para agropecuária e melhorias na infraestrutura incentivaram a migração para o município de Araguaína, que em 1960 já possuía população de 10.826 habitantes, sendo maioria (78,8%) residente do campo (Figura 2).

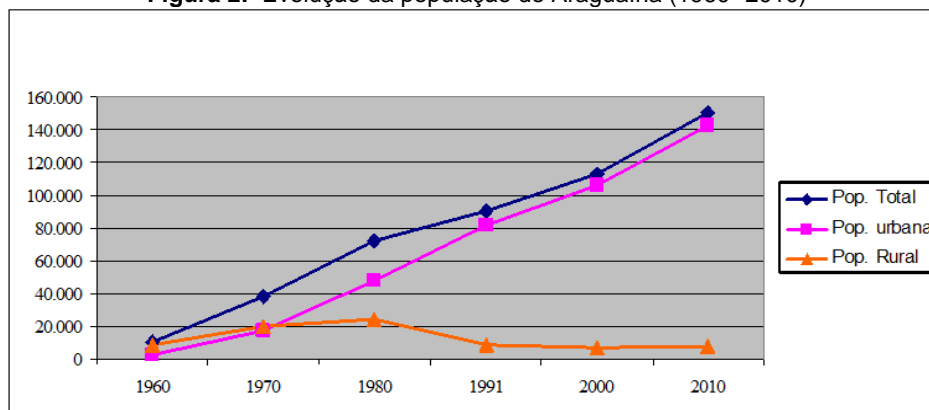
O crescimento demográfico verificado entre 1960 e 2010 foi espetacular a forte expansão urbana desde anos 1960 e com perda de população rural, declinante desde anos 1980. Há cinquenta anos o grau de urbanização era de 22% e, em 1970 a população do campo é ultrapassada, com 67% dos moradores urbanos, chegando a 95% em 2010 (Figura 2).

O declínio da população residente no campo é significativo e evidencia o avanço do processo capitalista com seus conflitos de classes, expulsando pequenos agricultores e proprietários migrantes, na maioria posseiros, para a cidade que na estratégia de sobrevivência constitui e alarga as periferias da cidade de Araguaína. O trabalhador do campo na cidade torna-se um boia-fria no campo e ao mesmo tempo um ambulante na cidade, perversamente inserido.

Em 1970 Araguaína possui população de 37.915 habitantes superando tradicionais cidades localizadas nas margens do rio Tocantins, como Porto Nacional (31.517), Tocantinópolis (23.659), Miracema do Tocantins (20.285), Babaçulândia (14.661) e Filadélfia (14.884) (TOCANTINS, 2005; IBGE, 1970).

Os rápidos e volumosos movimentos migratórios determinaram crescimento populacional e transformações espaciais com um incremento de população próximo a 1.300% em meio século. Na última década o município teve aumento de habitantes ainda expressivo e superior a 33% (Figura 2).

**Figura 2:** Evolução da população de Araguaína (1960 -2010)



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelo autor.

A estrutura setorial da economia não comportaria tantos trabalhadores, salvo não fosse a necessidade capitalista de mantê-los em reserva para constante mobilidade do trabalho e mobilidade geográfica na região e entre regiões (ARAÚJO, 2010).

Com localização no contato entre Nordeste e Amazônia, Araguaína torna-se importante ponto de passagem e fixação de migrantes, principalmente nordestinos formando uma população

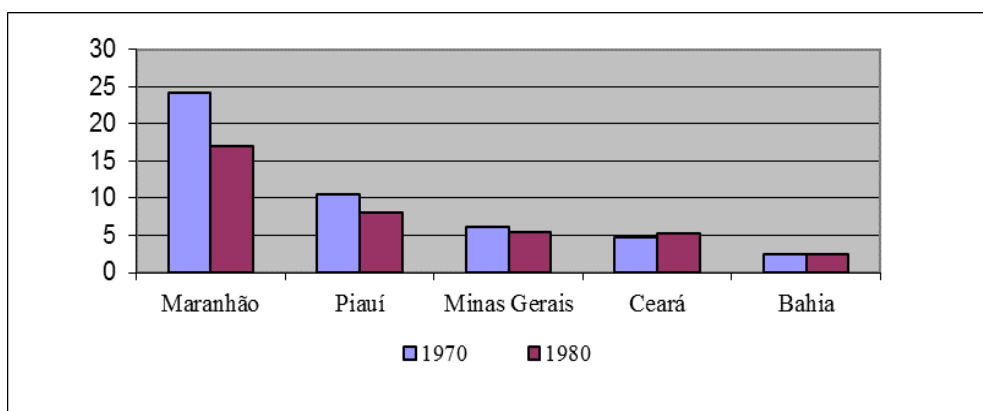
flutuante que habita a cidade com melhores possibilidades de crescimento econômico e de trabalho.

Em 1970 a população era de 37.915, já sendo mais expressiva os residentes na cidade, concentrando 54% dos habitantes totais do município, embora o campo também elevasse seu contingente populacional. Em 1980 a população chega a 72.069 habitantes. O campo predominantemente de posseiros é apropriado por grandes fazendeiros que expropria pequenos agricultores relegados a engrossar as periferias das cidades da região. Entre as décadas o incremento da população total foi de 90%, enquanto no campo de somente 18% (Figura 2).

A população da cidade supera a do campo com taxa de urbanização de 67% em 1980. Tendência que é confirmada na década seguinte, com uma transferência de população do campo para a cidade. Verifica-se uma redução da população do campo a quase um terço em 1991, em resposta ao processo de desmonte da agricultura de subsistência, substituída pela pecuária extensiva realizada por grandes latifúndios, causando forçoso êxodo rural e considerável aumento demográfico e da malha urbana de Araguaína. Em 2010, a população urbana representa 95% do total (Figura 2).

A mobilidade de população entre as décadas de 1970 e 1980 para Araguaína expressa, simultaneamente, o processo de migração e de urbanização. Os agricultores nordestinos sem terras provinham principalmente do Maranhão e Piauí e deram origem a novos fluxos de migrantes dessas localidades, de tal modo, que neste período, em Araguaína quase metade dos residentes eram naturais dos estados do Maranhão, Piauí, Minas Gerais, Ceará e Bahia, reiterando a condição do Nordeste brasileiro como fornecedor de mão-de-obra para Amazônia (Figura 3).

**Figura 3:** Araguaína-TO: principais origens dos migrantes por naturalidade (1970-1980)



**Fonte:** IBGE: Censo Demográfico, 1970 e 1980. Elaborado pelo autor.

O adensamento populacional não mantém o mesmo ritmo nas décadas seguintes, embora se mantenha crescente em torno de 25% constituindo 90.237 habitantes em 1991 e chegando a 113.143 no ano 2000.

A construção de Palmas, capital tocantinense na década de 1990, concorre com Araguaína na atração dos investimentos, sendo rapidamente superada pela capital como principal centro de aglomeração de população e economia. Na última década, Araguaína retoma crescimento de população em índices superiores a 30%, chegando a 150.520 habitantes.

Essa tendência migratória mantém-se contínua nas décadas seguintes, diversificada pela presença de migrantes originários dos estados de Goiás e Pará. Mesmo reduzindo percentual o Maranhão é lugar de nascimento de 15% dos residentes de Araguaína no ano 2000, participação que atualmente é de 13,6% (Figura 4).



Os habitantes de Araguaína, em maioria nasceram no próprio estado (62,8%), mas ainda mantém-se expressivo quantitativo de moradores que são naturais dos estados nordestinos (22,7%) (IBGE, 2010).

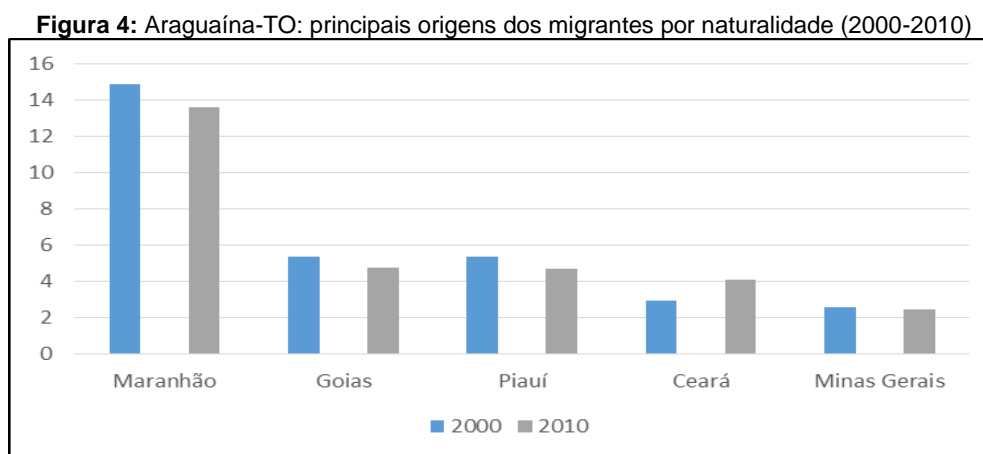
A migração de nordestinos para a Araguaína teve início no final do século XIX, no processo de colonização, intensificada com as estratégias estatais de ocupação da Amazônia a partir da metade do século XX, já sendo notório o reconhecimento da presença ostensiva de maranhenses e piauienses, reafirmada pelas informações censitárias (Figura 4).

Essa mobilidade geográfica de população, reitera a histórica ligação com Goiás e a condição do Nordeste brasileiro como fornecedor de mão-de-obra para diversas porções do país, incluindo Araguaína.

Após a coleta censitária de 2010, os volumes migratórios e expansão urbana continuaram em ascensão. Conforme dados estimados pelo IBGE a população aumentou para 170.183 (IBGE, 2015), crescimento de 13% no período.

Conforme Vasconcelos Filho (2013) este processo acelerado de expansão urbana de Araguaína pode ser demonstrado pelo número de loteamentos e bairros produzidos nos últimos 40 anos. Somente nas décadas de 1970 e 1980, 54% do atual perímetro urbano já estava delimitado pelos loteamentos, complementando com 11% ao longo dos anos de 1990, e mais 15,5% até 2012.

Na última década foi intensa a comercialização de áreas, já registradas em períodos anteriores, movidas pelos profissionais da especulação imobiliária na cidade. Como exemplo, entre 2010 e 2012, foram lançados dois grandes conjuntos de loteamentos formados pelo Jardim dos Ipês I e II e outro pelo Condomínio do Lago e Mansões do Lago, cada conjunto associado à construção de um shopping center, que ficaram apenas no projeto (VASCONCELOS FILHO, 2013).



Fonte: IBGE: Censo Demográfico, 2000 e 2010. Elaborado pelo autor.

A cidade é fragmentada e diferenciada pelo preço do solo urbano. Como no restante do País, a população com maior poder econômico ocupa bairros com melhores condições urbanas ou em proximidade aos serviços públicos e privados, enquanto que para a população trabalhadora restam áreas periféricas, com carência generalizada de benefícios da urbanização.

Neste processo de expansão urbana, mantém-se áreas com precárias condições de habitação e novas são formadas, ocupadas por antigos e novos migrantes empobrecidos, revelando faces da urbanização da cidade.

## **MIGRANTES EM PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE MORADIA NA CIDADE DE ARAGUAÍNA**

Direciona-se o foco sobre áreas de moradia precária, em que migrantes nordestinos estão inseridos. No entanto, isto não significa afirmar que esta situação é listada como a de maior ocorrência, mas sim, como possibilidade formulada pela base teórica.

Na cidade coexistem pobreza e a riqueza, e do mesmo modo, migrantes empobrecidos e aqueles em melhores condições financeiras. É sabido, que em Araguaína, há ocorrência de migrantes - inclusive nordestinos - inseridos em posições privilegiada do mercado de trabalho, portanto, em melhores condições sociais.

Araguaína é uma cidade com explícitas contradições com seus bairros periféricos apresentando frágeis construções com uma população carente de serviços e infraestrutura social, que contrastam com a força econômica regional e mesclam-se na paisagem urbana com bairros elitizados e populares. Verifica-se também a ascensão de uma verticalização com prédios comerciais no centro da cidade, mas também com apartamentos para moradia.

Soam como discordantes e distantes os marketings e discursos econômicos construídos para a cidade como o de capital tocantinense do boi gordo (TOCANTINS, 2009), quando se analisa as contradições e conflitos vivenciados no espaço urbano nas ocupações e invasões em especial de migrantes que continuam atraídos pela possibilidade de reproduzir a força de trabalho e que encontram carência generalizada de equipamentos, infraestrutura e serviços públicos.

[...] as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os às regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas (LEFEBVRE, 2008, p. 160)

A fragmentação do espaço urbano é característica da cidade arquitetada pelo capitalismo. A contradição do espaço ocorre com a oferta do encontro da simultaneidade possibilitada pela centralidade, no entanto a separação espacial de classes não permite a todos o encontro.

A presença de antigos e recentes migrantes nordestinos residindo em bairros com denominações simbólicas de suas origens, como Vila Piauí e Vila Maranhão são indicativos da urbanização de Araguaína e em função da mobilidade de capital, seguida da mobilidade de trabalhadores para reprodução da força de trabalho, condição inseparável do processo de acumulação.

A Vila Piauí teve formação como área de ocupação, no final da década de 1970, por migrantes nordestinos, principalmente piauienses. Localizada próxima à margem direita da rodovia Belém-Brasília a Vila Piauí mantém algumas residências com suas características originais. São antigas e novas casas em terrenos fragmentados construídas por madeira ou tijolos, com finalidade de abrigar filhos e novas famílias (Figura 5)

**Figura 5:** Aspectos de moradias na Vila Piauí – Araguaína – TO / 2011



**Fonte:** Próprio autor, 2011.

A migração, por etapas, se fez com um fluxo de origem regional, diretamente para o campo e a partir do avanço da pecuária e expropriação dos pequenos produtores de suas terras e em etapa definitiva direciona-se principalmente para a cidade.

Um dos migrantes antigos explica motivos de vinda e como foi incorporado na força de trabalho local: “Fugi da seca (...) viemos na década de 1970, era trabalhador em fazenda de pessoas. Vim direto para o sul de Goiás, depois para Araguaína” (Pesquisa de campo, agosto de 2011).

Neste período a terra já estava em posse de grandes fazendeiros, os agricultores migrantes eram incorporados como mão-de-obra para trabalhos precários, como a juquirá, trabalho de roçagem na formação de pastagens, após a derrubada da mata realizada por tratores. A força de trabalho também incorporada na cidade, torna a periferia urbana o destino da maioria dos migrantes nordestinos. Pioneiro na Vila o senhor José Romão resume sua história de migrante:

Porque naquela época teve uma temporada ruim, (...) você plantava e quando o milho começava a bonecar, o arroz começava a cachear não havia chuva suficiente para desenvolver a lavoura que se perdia. Foi uns dois anos nessa penúria. (...) O pobre diz assim: neste ano não deu certo, mas no outro ano quem sabe? (sorrisos) a fé é transferida para o outro ano. Aí eu disse, não menino, já que o velho (o sogro) está lá (em Araguaína), nós vamos embora pra lá. Aí eu peguei o barraquim e vendi e toquei para cá com a turma [esposa, filhos (as), genros (as)]. Assim quando eu cheguei aqui nós trabalhamos na estiva descarregando caminhão, aqui mesmo na cidade e nesses povoados aí afora, fazendo entrega (Pesquisa de campo, 2011).

Na estratégia de ocupação constata-se o que Carleial (2002) denomina como “rede social de migrantes”. Nordestinos que chegavam à cidade recebiam informações de parentes amigos e conhecidos sobre a área que estava se constituindo, chegavam, escolhiam um terreno, construindo casa de madeira. No início da década de 1990 a área teve sua regularização fundiária e boa parte dos antigos moradores venderam suas casas dirigindo-se para bairros em formação, ou para novas áreas ocupadas.

Na Vila Piauí é comum encontrar único terreno com diversas casas para moradia de vários membros da família. No caso do senhor José a família que ocupou área de 34m x 12,80m e agora conta com seis casas dos filhos. Ao lado da vila urbanizada a face da ocupação de aspecto precário, sem saneamento básico, com água retirada diretamente da cisterna, expressão de acesso da população migrante tiveram à cidade, vislumbrada como atrativa e como possibilidade de melhores condições de vida (Figura 5).

Exemplos de recentes áreas de expansão urbana em direção ao cerrado na estratégia de sobrevivência da população trabalhadora migrante é o Monte Sinai e Vila Maranhão. Em outras palavras, são núcleos de favelas. No Monte Sinai, com população de 2.242 pessoas, verificam-

se precárias condições de habitação e saneamento, além das dificuldades de acesso aos principais serviços e comércio (Figura 6).

**Figura 6:** Monte Sinai: área de ocupação em Araguaína - TO/2011



Fonte: Próprio autor, 2011.

O Monte Sinai, à direita da Belém-Brasília, começou a ser ocupado no final de 2009, atualmente conta com 800 moradores. A maioria é de maranhenses, como informou o presidente da associação local, sendo ele próprio maranhense da cidade de Grajaú (MA) que dista 300 km de Araguaína. Em 2010 o Monte Sinai foi transformado em Zona Especial de Interesse Social, após os moradores acamparem por mais de trinta dias em frente à prefeitura. Depois disso a área recebeu energia elétrica e água tratada, mas não dispõe de outros serviços públicos como escola, posto de saúde, segurança e linha de ônibus (Figura 6).

**Figura 7:** Precariedade de infraestrutura urbana e de moradia na Vila Maranhão – Araguaína -TO/2011



Fonte: Próprio autor, 2011.

A Vila Maranhão começou a ser ocupada para moradia no primeiro semestre do ano de 2009. De acordo com um dos primeiros ocupantes na época e um líder comunitário, logo no início daquele ano começaram as discussões sobre a possibilidade de ocupação de uma chácara sem uso e sem documentação, conforme informação repassada aos ocupantes por um morador vizinho. Por ordem judicial uma parte das casas construídas foi demolida há poucos meses, mas os moradores ocuparam novas áreas.

Sem nenhum serviço público à disposição, as ruas foram abertas pela própria população e a presença do Estado só é notada nos entulhos das residências de alvenaria que foram destruídas por ordem judicial (Figura 7).

Rodrigues (2007, p. 78) menciona que a “desigualdade expressa pelas áreas de pobreza representam, na lógica dominante, problemas relacionados com o aumento da população, em especial da população migrante”.

Tais fatos corroboram no entendimento de que os benefícios da urbanização são negados pelo poder público e a população não é atendida em suas necessidades de acesso aos equipamentos urbanos e aos serviços públicos essenciais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na urbanização de Araguaína, a migração deteve, e ainda mantém papel primordial. A acelerada expansão demográfica, os dados censitários sobre migração e a presença de antigos e recentes migrantes, são elementos indicativos deste processo.

O grau de urbanização, a expansão e fragmentação da malha urbana da cidade, foram decisivamente influenciados por interruptos fluxos migratórios iniciados na década de 1950.

A migração realiza o plano estatal de tornar a Amazônia espaço de acumulação capitalista, sendo também estratégia fundamental para reprodução da força de trabalho da população.

No entanto, repetiu-se a mesma estrutura desigual que prevalece no país, favorecendo a ampliação do capital, em desfavor dos benefícios sociais. O campo foi tomado por latifúndios pecuaristas e a cidade tem prioridade em investimentos na infraestrutura econômica em detrimento de infraestrutura social para população (SILVA, 2012).

No processo de crescimento econômico de Araguaína a expansão urbana não se faz acompanhar dos serviços e equipamentos universais, necessários à população.

A cidade vai sendo fragmentada em áreas mais valorizadas e explodindo em periferias que abrigam antigos e novos migrantes, inseridos em precárias condições de moradia, com carência de infraestrutura urbana, saneamento básico e de serviços públicos essenciais como coleta de lixo, saúde e educação.

Se até a década de 1960 o norte goiano poderia ser mais bem descrito como bolsão de pobreza e miséria (AJARA, 1991), mesmo com as motivações econômicas que transformaram intensamente o espaço regional e urbano, ao que se nota, conservaram em Araguaína símbolos de abandono público que podem perfeitamente receber a denominação de bolsões de pobreza e miséria urbanos.

## REFERÊNCIAS

AJARA, C. O Estado do Tocantins: Reinterpretação de um Estado de Fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.53, n.4, p. 5-31, out./dez. 1991.

ARAÚJO, A.M.M. **Mobilidade populacional na produção do espaço metropolitano regional**: o caso de Fortaleza. Tese (Doutorado em Geografia). Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2007.

\_\_\_\_\_. **Fortaleza, Metrópole Regional**: trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: EdUece, 2010.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

CARLEIAL, A. Trabalho e redes de solidariedade aos migrantes. **Scripta Nova** (Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales). Barcelona. v. 6, n. 119 (124), ag./2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-117.htm>>. Acesso em: 30 de agosto de 2011.

GASPAR, J.G. **Araguaína e sua região**: Saúde como reforço da polarização. Dissertação (Mestrado em Geografia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico de Goiás 1960. VII recenseamento geral, Rio de Janeiro: IBGE, 1974

\_\_\_\_\_. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; Rio de Janeiro:1964

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico de Goiás 1970. Recenseamento geral, v. I - Tomo 23, Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 1980: dados Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1982-1983.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 1991. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico do Tocantins 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10/jun./2013.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico. Séries temporais (1970 a 2010). <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

LEFEBVRE H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, ano 1, n.1, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/7/6>>. Acesso em 2 de outubro de 2011.

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. **Geografias**. Belo Horizonte. v.8, p. 7-23, 2012.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista** - o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo,2003.

RODRIGUES, A.M. Desigualdades socioespaciais - A luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v.4, n.6, 2007, p. 73-88. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/571/602>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2013.

SILVA, R.A. **Agropecuária de Araguaína e novas centralidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2012. Disponível em: <<http://www.uece.br/mag>>. Acesso: 10 de janeiro de 2013.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SPOSITO, M.E.B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2004.

TOCANTINS (Estado). **Atlas do Tocantins**: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN) Palmas: Seplan, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 2.060, de 17/jun./ 2009. Publicado no Diário Oficial nº2.914 (**Declara Capital Tocantinense do Boi Gordo o Município de Araguaína**) <<http://www.al.to.gov.br/legislacaoEstadual>>. Acesso em 3 de junho de 2011.

VAINER, C.B. A violência como fator migratório, silêncios teóricos e evidências empíricas. **Travessia** - Revista do migrante, n. 9. p. 5-9, mai. /ago. 1996.

VALVERDE, O.; DIAS, C. **Rodovia Belém-Brasília**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

VASCONCELOS FILHO, J.M. **O direito à moradia e o discurso de implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas: Reflexões sobre Araguaína-TO.** Tese (Doutorado em Geografia). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2013. Disponível em <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/3336>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.